



Em três anos, insegurança alimentar atingiu mais de 60 milhões de brasileiros; consequências são maiores entre crianças, diz especialista

O total de pessoas em condição grave de insegurança alimentar no País aumentou consideravelmente no triênio 2019-2021, se comparado ao período de 2014-2016. A nutricionista Aline de Piano Ganen, coordenadora do Mestrado Profissional em Nutrição do Centro Universitário São Camilo – SP, comenta as principais iniciativas de combate a esse cenário

Dentre as muitas carências vividas pelo Brasil nos últimos anos, a de comida representa o peso mais difícil de carregar. De 2019 a 2021, 61,3 milhões de pessoas lidaram com algum tipo de insegurança alimentar no País, conforme indica um levantamento da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado em julho deste ano.

O dado demonstra uma piora no cenário nacional, se comparado aos números anteriores – 37,5 milhões de brasileiros estiveram na mesma situação no período entre 2014 e 2016. O levantamento da FAO neste mesmo triênio indicava que, deste montante, 3,9 milhões estavam em condição grave de insegurança alimentar. Segundo as estatísticas mais recentes, essa quantidade subiu para 15,4 milhões de pessoas.

A insegurança alimentar é o que define a falta de alimentação adequada. “Normalmente, a gente associa a insegurança alimentar à falta de acesso não só em quantidade, mas em qualidade”, detalha a nutricionista Aline de Piano Ganen, coordenadora do Mestrado Profissional em Nutrição do Centro Universitário São Camilo - SP. Segundo ela, a condição “é associada ao risco de fome, mas também se refere a uma ingestão insuficiente e inadequada que pode levar a outro desvio além da desnutrição, que é o excesso de peso”.

A especialista avalia que o cenário do País é extremamente preocupante, principalmente considerando o público infantil, uma vez que grandes repercussões podem ocorrer a partir desta faixa etária.

“Quando se tem um cenário de insegurança alimentar grave, acontecem repercussões ao longo da vida dessa criança que está em formação. A fome e a desnutrição trazem implicações para toda uma sociedade, para o desenvolvimento de uma geração e de gerações futuras”, afirma. Além da desnutrição, a nutricionista destaca o consumo elevado de ultraprocessados, que leva também à obesidade e outras comorbidades nesse grupo.

Políticas públicas

Ganen explica que as principais ações de incentivo ao combate à insegurança alimentar envolvem políticas públicas, principalmente no que se refere à promoção de uma alimentação adequada para o público infanto-juvenil e outras faixas etárias.

“Seria uma opção, por exemplo, a promoção de um sistema agroecológico de produção e consumo alimentar sustentável, inserindo a agricultura familiar e a produção desses alimentos na rede escolar dos Estados brasileiros. Além disso, o combate ao desperdício e outras políticas que permitam o acesso a esses alimentos de forma adequada”, reforça.

A coordenadora acrescenta que também é importante a promoção de projetos de intervenção e políticas públicas de combate à obesidade, bem como a prevenção dessa condição em nível nacional.

Mais informações para a imprensa:



Fatima Capucci – (11) 99242-7909
fatima.capucci@activacomunicacao.com.br

Barbara Câmara – (11) 97631-4790
bcamara@activacomunicacao.com.br

Carolina Fleischman – (11) 99806-7768
c.fleischman@activacomunicacao.com.br